

ÍNDICE

ÍNDICE.....	5
NOTA PRÉVIA	11
II CONGRESSO EUROPEU DE DIREITO DO TRABALHO	13

SESSÃO DE ABERTURA

<i>José A. Vieira da Silva</i>	19
--------------------------------------	----

CONSTITUIÇÃO LABORAL: ATUALIDADE OU REVISÃO?

<i>Guilherme Dray</i>	25
I. Os fundamentos do Direito do Trabalho e a sua internacionalização	25
II. A Constituição Laboral	32
III. A atualidade da Constituição	45
IV. Conclusões.....	57

SOME CURRENT CHALLENGES IN ICELANDIC LABOUR LAW

<i>Elin Blöndal</i>	65
I. Introduction.....	65
II. The Icelandic labour market.....	66
III. Employee or self-employed person	68
IV. New forms of employment.....	68
V. Equalization of pension rights.....	70

PAST AND CURRENT CHALLENGES IN AUSTRIAN LABOUR LAW

<i>Martin Risak</i>	73
I. Background	73
General information and workforce	73
The political system.....	74
The Austrian System of Industrial Relations – Social Partnership	79
Who are the Social Partners?	82
Collective bargaining	85
Co-Determination on the workplace-level: works councils and works agreements	86
II. Analysis of the governmental programs 2003-2007.....	88
2.1. Governmental Program 2003-2006: Center – Right	88
2.2. Governmental Program 2006-2008: Grand Coalition.....	90
2.3. Governmental Program 2008-2013: Grand Coalition.....	91
2.4. Governmental Program 2013-2018: Grand Coalition.....	93
III. Findings and Outlook.....	94

DEVERÁ A SUBORDINAÇÃO JURÍDICA MANTER-SE COMO ELEMENTO QUALIFICADOR?

<i>António Monteiro Fernandes</i>	97
---	----

O CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS

<i>João Zenha Martins</i>	109
I. Enquadramento.....	109
II. Evolução legislativa.....	113
III. Alguns aspetos de regime.....	124

IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO EM RAZÃO DA RELIGIÃO

<i>José João Abrantes</i>	145
---------------------------------	-----

ASSÉDIO MORAL E CONFLITO LABORAL: AREIAS MOVEDIÇAS

<i>David Carvalho Martins</i>	157
I. Introdução	158
II. A influência europeia.....	169
III. As recentes alterações legislativas	174
IV. A concretização do assédio.....	184
V. Alguns casos.....	192
VI. Reações.....	201
VII. Notas Finais	203

UM BALANÇO DAS ALTERAÇÕES AO REGIME DO DESPEDIMENTO POR INADAPTAÇÃO

<i>António Garcia Pereira</i>	205
-------------------------------------	-----

O PROBLEMA DA SUCESSÃO DE CONTRATOS A TERMO E A COORDENAÇÃO DOS ARTIGOS 143.º E 148.º, N.º 5 DO CÓDIGO DO TRABALHO

<i>Joana Nunes Vicente</i>	219
----------------------------------	-----

A “SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO”

<i>Rita Canas da Silva</i>	257
I. Introdução	257
II. Critérios delimitadores da natureza temporária ou definitiva.....	261
a) Facto suspensivo.....	265
b) Vínculo estabelecido entre as partes.....	268

c) Empregador e Organização	268
d) Situação do Trabalhador.....	271
III. Fim da Suspensão.....	271

INTERRELACIÓN ENTRE POLÍTICAS ACTIVAS Y PASIVAS DE EMPLEO

<i>Maria Salas Porras</i>	275
Abstract	275
I. ¿Una propuesta fallida para solventar el desempleo? A vueltas con la flexibilización del mercado de trabajo español.....	277
II. El sistema español de Protección por Desempleo	282
1.1. Nivel contributivo	283
1.1.1. La prestación por desempleo.....	284
1.1.2. El subsidio por desempleo	285
1.2. Nivel asistencial	286
III. La Activación del Desempleado: Eje Fundamental en la Estrategia Española de Empleo	288
1.1. La necesaria corresponsabilidad de todos los actores intervinientes en el mercado de trabajo	297
IV. La Protección Social: De derecho social reconocido a derecho social merecido	306
V. Conclusiones.....	310

CURRENT CHALLENGES IN SERBIAN LABOUR LAW

<i>Senad Jašarević</i>	313
0. Abstract	313
I. Introduction.....	314
II. Legal Sources of Serbian Labour Law.....	316
III. International Sources of Serbian Labour Law	320
IV. Trends and Current Situation of Serbian Labour Law	323

V. Further actions on Development of the Serbian Labour Code.....	325
V. Conclusions	327

CURRENT CHALLENGES IN MONTENEGRIN LABOUR LAW

<i>Vesna Šimović</i>	329
0. Basic information	329
I. State policies	330
II. Collective bargaining system	332
III. The tripartite social dialogue in Montenegro.....	333
IV. Participation in decision-making process.....	346
V. Membership in the national social council.....	350
VI. Conclusion.....	353

TRABALHO INTERMITENTE – QUE APLICABILIDADE PRÁTICA?

<i>Luis Miguel Monteiro</i>	359
I. Razão de ordem	359
II. Regime jurídico	362
III. Trabalho intermitente alternado.....	369
IV. Trabalho intermitente à chamada.....	373